TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

N° de ordem: 33	ATA DE REUNIÃO
REUNIÃO	Data: 19/10/2022
	Hora: 08h30

Nome/Unidade dos participantes
Acácio Leite - Assessor-Chefe de Planejamento e Gestão Estratégica
Antônio Nascimento -Secretário de Gestão de Pessoas
Breno Russell - Secretário da Corregedoria Regional Eleitoral
Bruna Campello - Assessora da Presidência
Cícero Barreto - Secretário Judiciário
Fábia Lira - Represetante da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
José Ferreira Júnior - Representante da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Roberta Azevedo - Secretária Judiciária da SJR de 1º Grau
Robson Costa - Diretor -geral em exercício
Ruy Rattacaso - Secretário de Auditoria
Teresa Lima - Secretária de Administração

Tópicos da reunião	Deliberações
1 - Lotação em área de contratação. Declaração.	Item retirado de pauta.
2 - Relatório PCI setembro	2.1 Apresentado pela SOF o Relatório de Análise Gerencial de Execução do PCI de setembro de 2022. (Anexo I). 2.2 O Secretário de Orçamento e Finanças destacou a importância dos pagamentos neste exercíco dos objetos contratados, evitando o acúmulo em RP.
3 - Alteração da vigência dos planos de ações - PLS 2021-2026 **SEI nº 0025960-65.2022.6.17.8000**	3.1. Prorrogação da vigência para dezembro/2023 aprovada pelo Comitê. (Anexo II)
4 - Relatório de atividades do Núcleo de Psicodinâmica do Trabalho - 2021 **SEI nº 0011562-50.2021.6.17.8000**	4.1. Será encaminhado para ciência dos membros do COGEST. (Anexo III)
5 - Relatório anual do Programa de Prevenção e Acompanhamento ao Servidor Hipertenso (PASHIP) **SEI nº 0003885-66.2021.6.17.8000**	5.1. Será encaminhado para ciência dos membros do COGEST.(Anexo IV)

6 - Indicadores Estratégicos de Desempenho - 2º Quadrimestre - 2022 **SEI nº 0008393-21.2022.6.17.8000**	6.1. As RAEs serão retomadas após as eleições e as seguintes unidades devem enviar até dia **28/10** suas informações: • CRE; • SJ/COJUR; • SGP; • EJE.
7 - Avaliação das Eleições 2022	7.1. No período de **12 a 16/12** serão realizadas reuniões preparatórias para a avaliação das eleições com foco em : • Infraestrutura física, tecnológica e pessoal das comissões; • Preparação dos cartórios: planejamento de evento de práticas cartorárias, mesários e instruções de acessibilidade; • Apresentação da prévia do portal das eleições; • Será submetida ao Presidente uma proposta de remanejamento de sessões para que nos dias **15 e 16/12** ocorram os encontros para avaliação das eleições 2022.

Documento assinado eletronicamente por **MANOEL ACÁCIO LEITE NETO**, **Assessor(a) Chefe**, em 20/10/2022, às 14:59, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ROBSON COSTA RODRIGUES**, **Secretário(a)**, em 21/10/2022, às 13:19, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **BRUNA COELHO BARRETO CAMPELLO DE LIMA**, **Assessor(a) Chefe**, em 21/10/2022, às 14:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ FERREIRA DE LIMA JÚNIOR**, **Coordenador(a)**, em 21/10/2022, às 15:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ROBERTA KARINE DE AZEVEDO**, **Secretário(a) – SJR 1º Grau**, em 21/10/2022, às 17:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO JOSÉ DO NASCIMENTO**, **Secretário(a)**, em 22/10/2022, às 18:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CÍCERO DE OLIVEIRA BARRETO**, **Secretário(a)**, em 23/10/2022, às 14:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MARIA TERESA DE LIMA**, **Secretário(a)**, em 07/11/2022, às 13:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ORSON SANTIAGO LEMOS**, **Diretor(a) Geral**, em 08/11/2022, às 13:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **RUY GUSTAVO RATTACASO DE ARAUJO**, **Secretário(a)**, em 24/11/2022, às 09:55, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **BRENO RUSSELL WANDERLEY**, **Secretário(a)**, em 24/11/2022, às 10:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA HELENA DE ALBUQUERQUE LIRA**, **Analista Judiciário(a)**, em 24/11/2022, às 13:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2018451** e o código CRC **8A01382B**.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

RELATÓRIO DE ANÁLISE GERENCIAL DE EXECUÇÃO DO PCI 2022
(nos termos do § 1º do Art. 24 da IN 27/2019)

MÊS BASE: **SETEMBRO DE 2022**
PCI 2022

I. Situação atual da execução do PCI quanto ao atendimento dos prazos

Foram identificados **02 (dois)** sequenciais de despesa com prazos de interesse do PCI (DOD ou RC, EP ou TR/PB) previstos para o mês em questão.

Percebeu-se que **uma unidade** descumpriu prazo no mês de setembro.

A SOF continua a sua rotina de comunicação prévia, no início de cada mês, quanto aos sequenciais que indicam seus prazos *vencendo* naquele período. **Valores atualizados pela DESP 2022 (ORDINÁRIO), de 11/10/2022.**

Em face da Portaria nº 901/2021, esta Seção de Gerenciamento Orçamentário e de Custos (SEGOC) permanece realizando o monitoramento do PCI 2022 mediante a análise das planilhas relativas ao mês de setembro, enviadas pelas unidades por meio de mensagem eletrônica, em substituição à reunião setorial presencial.

II. Análise de cumprimento dos prazos

Diante do total de **02** (duas) contratações identificadas no PCI 2022 com prazos vencendo no mês de setembro de 2022, verificamos a existência de **01** (um) prazo **cumprido** e **01** (um) prazo **descumprido**.

III. Prazos por Unidade:

IV. Análise das Justificativas

STIC

COMPUTAÇÃO EM NUVEM – Seq. 88, no valor de R$ 54.662,50 (cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Descumpriu o prazo de **TR** de **1º/9/2022** não tendo sido entregue até 11 de outubro de 2022.

A unidade apresentou justificativa, conforme e-mail: "*O TR não foi providenciado, pois os Estudos Preliminares concluíram pela vantajosidade da prorrogação contratual. Após a empresa contratada demonstrar interesse na prorrogação contratual, informou que o interesse só permaneceria caso houvesse o cumprimento da cláusula de reajuste contratual, baseada no IPCA, cujo valor acumulado nos últimos 12 meses estava próximo a 10%, gerando um valor superior ao estimado, obtido nos Estudos Preliminares. A COINF tentou contato com a empresa para saber se ela aceitaria a renovação contratual sem o reajuste o que*

ocasionou demora na resposta do processo. A empresa decidiu não acatar a renovação do contrato e iremos realizar nova licitação."

Medida adotada*:* A unidade apresentou como medida: "Realização de nova licitação e mudança nos prazos da contratação."

Impacto: por meio do referido e-mail, a unidade informou que "*Caso o processo licitatório não esteja concluído até dezembro/2022, haverá a impossibilidade de realização de reuniões, de eventos e de sessões plenárias a distância até que uma nova solução seja adquirida."*

V. Análise de despesas de alto risco (acima de R$ 180.061,60)

Dentre as despesas do mês em apreço, não foram identificadas contratações que se enquadrem nesta faixa de risco.

RECOMENDAÇÃO

Ao monitorar as despesas relativas ao mês de Setembro, a SEGOC tece às seguintes considerações:

Quanto ao seq. 88, "COMPUTAÇÃO EM NUVEM", a STIC justificou o descumprimento pela negativa da empresa contratada em aceitar a prorrogação contratual sem reajuste. A STIC calculou o referido reajuste contratual com base no IPCA, constatou que o valor acumulado nos últimos 12 (doze) meses estava próximo a 10% (dez por cento), cujo o valor final ultrapassava o quantitativo estimado, obtido na fase dos Estudos Preliminares. Acrescenta que a empresa em apreço demorou no envio da resposta à indagação da COINF. Após a decisão da contratada, a STIC deliberou pela realização de nova licitação. Percebe-se que a STIC optou, primeiramente, oferecer renovação contratual sem reajuste por ser a escolha mais vantajosa para o Tribunal. Diante da negativa, a STIC decidiu realizar a contratação mediante certame a fim de obter, novamente, a escolha mais vantajosa para Administração.

No mais, esta SEGOC segue o monitoramento das despesas para o mês de outubro/2022.

Assessoria de Gestão Socioambiental

Plano de Logística Sustentável
TRE-PE

2021-2026

Assessoria de Gestão Socioambiental

- PLS: Instrumento que permite estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade, que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho.
- 18 temas e 66 ações (22 concluídas ou encerradas).
- Período dos planos de ações atuais: outubro de 2021 a abril de 2023.
- Retomada do monitoramento do PLS em outubro/2022.
- Art. 8º, § 1º, Resolução TRE-PE 395/2021:

  Os planos de ações referidos neste artigo não precisam integrar o texto do PLS do TRE-PE ou virem como anexos, podendo ser elaborados e alterados com autorização e aprovação da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS), na periodicidade que se julgar necessária.

Assessoria de Gestão Socioambiental

- Proposta: Alteração do final do período de vigência dos planos de ações atuais para dezembro/2023.
- Justificativas:

1) Período em que será possível realizar o monitoramento e apoiar as unidades a concluir as ações que estão em andamento ou a iniciar as que ainda não começaram;

2) Tempo hábil para elaboração de novos planos de ações que terão validade de janeiro/2024 a dezembro/2026.

Assessoria de Gestão Socioambiental

TEMA	Nº AÇÕES	CONCLUÍDAS
Papel	2	0
Copos	3	1
Água Envasada	1	1
Impressão	1	1
Energia	2	1
Água e Esgoto	5	2
Gestão de Resíduos	7	0
Reformas e Construções	3	1
Limpeza	1	0
Vigilância	1	1
Telefonia	2	1
Veículos	1	0
Combustível	1	0
Apoio ao Serviço Administrativo	1	1
Aquisições e Contratações	10	1
Qualidade de Vida	8	5
Equidade e Diversidade	6	3
Capacitação em Sustentabilidade	11	3
Total	**66**	**22**

Secretaria de Gestão de Pessoas

Coordenadoria de Atenção à Saúde

Seção Estratégica e de Planejamento em Saúde

Núcleo de Psicodinâmica do Trabalho

Relatório de atividades do Núcleo de Psicodinâmica do Trabalho

Ano 2021

A pandemia de COVID-19 decretada em 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) teve continuidade no ano de 2021, o que fez com que o Núcleo de Psicodinâmica do Trabalho continuasse a atuar de forma remota devido à necessidade de distanciamento social e prorrogação da adoção massiva do trabalho remoto pelo TRE-PE, principalmente no primeiro semestre. As ações foram planejadas e adaptadas levando em conta essa forma de atuação, que pôde ser experimentada já no ano anterior de forma exitosa, embora com algumas limitações trazidas pelo contexto, conforme avaliação do grupo contida no relatório de 2020.

O Fórum de Assédio Moral e Organizacional, inicialmente previsto para ocorrer em 2020, foi adiado devido às limitações impostas pela pandemia da Covid-19 à participação presencial, essencial em função da natureza da discussão que traria, limitações que continuaram a ocorrer em 2021. Após avaliação da Secretaria de Gestão de Pessoas, a realização do Fórum foi substituída por outras ações de informação com a mesma temática, que foram implementadas pelas Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, recentemente instituídas no TRE-PE, a saber: divulgação de "*cards*" de campanha educativa na intranet e internet e do curso "Assédio Moral e Sexual no Trabalho". Outras ações com a temática serão pensadas oportunamente pelas comissões, para implementação pelo Tribunal.

Assim como em 2020, a articulação do Núcleo de Psicodinâmica do Trabalho com o Programa de Apoio Sociofuncional (PASF), executado pelo Serviço Social, possibilitou a realização de mais uma intervenção em uma unidade do TRE, em formato remoto, qual seja, o Espaço de Discussão

sobre o Trabalho sob demanda, em mais uma enriquecedora oportunidade de se discutir caminhos para a melhoria da organização do trabalho.

Atividades do Núcleo de PdT do ano de 2021

Abaixo, segue descrição das atividades realizadas no ano de 2021:

• Realização de Espaços de Discussão sobre o Trabalho a partir de demandas surgidas no Programa de Apoio Sociofuncional (PASF):

Em 2021 as intervenções ocorreram em duas unidades. Uma no mês de abril, de forma remota, com fins de monitoramento, uma vez que o trabalho fora iniciado em 2020; e a outra entre os meses de junho e julho, também de forma remota, seguindo o método das anteriores, com escutas individuais e culminância na escuta coletiva. As duas unidades estão localizadas na secretaria do Tribunal.

Em relação à unidade que teve o trabalho iniciado em 2021, a demanda foi construída com a gestão a partir do PASF e envolvia, de forma geral, queixas quanto à desvalorização institucional, o sentimento de invisibilidade e dificuldade de comunicação em relação às instâncias hierarquicamente superiores, simultaneamente à intensificação de demandas e cobranças com a finalidade de pontuação na certificação pelo CNJ, realidade enxergada como altamente propícia ao esgotamento/adoecimento de gestores e equipe.

Em ambos os coletivos trabalhados, possivelmente, haverá ao menos mais um encontro, para avaliação e acompanhamento da intervenção.

• Realização de Espaço de Discussão sobre o Trabalho, em junho, de forma remota, com os servidores do CONZE e CONSEDE:

Este encontro foi pensado como uma continuação e consolidação do que já havia sido realizado em 2020 com a Prof. Dra. Ana Magnólia Mendes (UnB), que tratou junto aos conselhos de servidores sobre os Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho. Infelizmente, mais uma vez não houve a participação da totalidade do público-alvo. Foram abordados alguns aspectos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho e os principais resultados qualitativos de todo o trabalho de escuta realizado pelo Núcleo desde 2017, com os servidores das zonas eleitorais. Os participantes puderam relatar um pouco de suas vivências no trabalho e refletir sobre possibilidades de melhoria, levando em conta também o lugar que ocupam nos colegiados, enquanto representantes dos servidores do TRE-PE.

- Realização de Espaços de Discussão sobre o Trabalho, em agosto, com polos eleitorais do interior do estado, numa continuidade do trabalho realizado em 2019. Os resultados foram extraídos das discussões ocorridas em cada grupo e organizados em eixos da Análise Clínica do Trabalho, conforme segue:

Eixo 1: Análise da Demanda

O contato inicial com as zonas eleitorais foi estabelecido visando à construção de laços, à informação sobre o espaço de discussão e à sensibilização dos colegas quanto à importância da participação das equipes. No geral, houve boa receptividade à proposta. Porém, durante a intervenção, percebeu-se que uma parte do grupo se manteve na expectativa e observação, não coincidentemente, aqueles que estavam há menos tempo na Instituição. Registre-se ainda que a precariedade de acesso a equipamentos como câmera de vídeo e fones limitou significativamente a participação dos servidores no encontro on-line, principalmente os que naquele momento se encontravam no trabalho presencial no cartório.

Eixo 2: Organização do Trabalho

Abaixo, organizadas em tópicos, seguem as principais observações dos servidores quanto aos aspectos da organização do trabalho que mais rebatem em seu fazer nos cartórios do interior.

- Comunicação precária entre a sede e os cartórios, o que os leva a resolverem a maior parte das questões do trabalho entre os próprios colegas das zonas eleitorais;

- Importância da comunicação não-violenta e da necessidade de mudança de cultura, com a construção de relações mais horizontalizadas e gestão mais coletivista, ensejando um ambiente de trabalho mais humanizado e acolhedor em todas as instâncias;

- Críticas às metas do CNJ consideradas desarrazoadas, e por priorizarem o aspecto quantitativo em detrimento do qualitativo. Registrou-se que os cartórios recebem pressão de várias áreas de forma concomitante;

- Relatou-se que a estrutura do Poder Judiciário se encaixa em um desenho fortemente hierárquico, e que as normas favorecem e permitem que seja assim.

Eixo 3: Sofrimento e Estratégias de Defesa

Seguem abaixo as principais percepções dos servidores quanto às situações que constituem causa de sofrimento no trabalho e algumas estratégias que utilizam para lidar com isso:

- Sentimento de desamparo diante do desafio do servidor recém-empossado em assumir imediatamente a chefia do cartório, com preparação mínima, concomitantemente a outras adaptações importantes nesse cenário;

- Em relação à precariedade de comunicação entre os cartórios e a sede, aspecto que sempre é pontuado nas intervenções, os servidores relataram lançar mão da cooperação na tentativa de estabelecer laços, através do uso de aplicativos para troca de informações sobre as demandas e dificuldades que se impõem;

- Relatou-se preocupação com o que se considera como deterioração do cenário democrático e político do país, enquanto servidores da Justiça Eleitoral e parte nesse contexto. Os ataques que a Instituição recebe têm acarretado sofrimento e desgaste devido à diminuição de confiança na lisura do processo eleitoral, e também do reconhecimento dos serviços prestados à sociedade.

Eixo 4: Fatores de Mobilização do Coletivo de Trabalho

Abaixo, seguem alguns aspectos elencados pelo Núcleo de PdT que possuem o potencial de contribuir para a mobilização dos servidores na busca por melhorias do ambiente de trabalho:

- Importância da mediação do CONZE junto à Administração na busca de soluções que envolvam as demandas na relação cartório x sede;

- Existência do sentimento de solidariedade entre os servidores das Zonas Eleitorais, que buscam estreitar laços mesmo diante do cenário imposto pela pandemia, ensejando uma expressiva rede de cooperação;

- Autonomia no desempenho do trabalho no cartório, uma vez que o juiz não é presença permanente;

- Identificação com o trabalho da Justiça Eleitoral e forte noção do sentido e importância que ele possui.

Considerações finais

As ações do NPdT continuam alinhadas às pesquisas qualitativas que foram demonstradas em relatórios anteriores, quando foram identificados os indicadores relacionados ao modelo de gestão e ao reconhecimento.

Reitera-se a importância da continuidade em investimentos institucionais voltados para o desenvolvimento de competências mais coletivistas de gestão, reforçando a flexibilidade em relação aos níveis hierárquicos e na convivência ética. Pensando novos modos de organização do trabalho, mais independentes dos princípios do produtivismo e da padronização, buscando o fortalecimento dos laços sociais e o estímulo à criatividade.

Sugere-se ainda o fortalecimento das instâncias de representação dos servidores, como os conselhos, como instrumento de mediação do coletivo frente aos desafios e sofrimentos trazidos pelo trabalho.

Por se tratar de trabalho vivo e por isso em constante renovação, devido demanda espontânea, vislumbrou-se a possibilidade de atuação do NPdT em ação que tem por base a análise de demanda participativa junto aos gestores e servidores.

Por fim, a importância das ações do NPdT foram reconhecidas pelos grupos que as receberam, ressaltando, não sem paradoxo, o olhar do cuidado institucional com os servidores. Na avaliação do Núcleo, fica patente a necessidade da continuidade desse trabalho, com vistas a trazer reflexões sobre a compreensão quanto à forma como os trabalhadores se posicionam, tanto individualmente como em grupo, diante da organização do trabalho, tangenciada que é pelo estilo de gestão, e os rebatimentos dessa organização na saúde, junto às potencialidades de construção de ambientes menos adoecedores pelos sujeitos envolvidos.

Núcleo de Psicodinâmica do Trabalho:

Alessandra Cordeiro de Vasconcelos

Alzira Márcia Silva do Vale

Marco Antonio de Carvalho Capella

Maria das Graças O. Henrique Magalhães

Neide Lúcia Soares Santos

Thayse Carla Barbosa Ribeiro

Coordenadora de Atenção à Saúde

Maria Cláudia de Andrade Lima

Supervisão técnica

Profª Dra. Ana Magnólia Mendes (UnB)

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Bairro Graças - CEP 52010-904 - Recife - PE

RELATÓRIO

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO AO SERVIDOR HIPERTENSO (PASHIP) - 2021

O Programa de Prevenção e Acompanhamento ao Servidor Hipertenso (PASHIP), nasceu em 2014, fruto da necessidade de conscientizar e acompanhar os servidores frente a realidade do número cada vez maior acometidos pelo proplema sem o devido cuidado.

Assim elaboramos um plano de prevenção, orientação e acompanhamento dos servidores(as) hipertensos, a fim de prevenir a médio e longo prazo as complicações inerentes a este fator.

O programa foi inicialmente desenvolvido para incentivar o servidor comparecer à CAS para verificar a pressão junto a enfermagem e conjuntamente rever hábitos que pudessem melhorar os níveis pressóricos e a saúde em geral.

Nesse movimento tanto recebemos os servidores que faziam parte do programa, convidados por e-mail para realizar o acompanhaento, como também àqueles que apareciam espontaneamente para verificar a pressão por motivos diversos, assim como os prestadores de serviço e estagiarios.

No ano de 2021, tendo em vista a continuidade do período pandemico em que ainda precisavamos ser cuidadosos quanto à COVID-19,o Programa de Acompanhamento ao Hipertenso (PASHIP) se dispôs, ao atendimento remoto, abrindo um canal de diálogo para orientar e esclarecer acerca dos fatores que influenciam no controle hipertensivo.

No referido ano, o atendimento foi maciçamente remoto, quando tivemos raros períodos de atendimento presencial, respeitando a escala de trabalho da sessão, período em que ficamos dispopníveis para a aferição. ainda assim tivemos o registro de 12 atendimentos presenciais .

Devido a esse fato, continuamos com o **acompanhamento remoto** de todos os servidores que fazem parte do Programa através de e-mail e disponibilização de número de Whatsapp, como meios de acompanhamento, através do qual solicitamos aos servidores que faziam parte do programa, a aferição individual e segura, de preferência em suas residências, de seus níveis pressóricos e posterior relato pelos meios acima citados, para fins de acompanhamento.

Assim, os 55 servidores acompanhados pelo programa, receberam periodicamente um e-mail/convite no intuito de incentivar o auto cuidado com a pressão arterial.

Percebemos, contudo, uma baixa adesão a esse formato de acompanhamento a distância, que pode ser derivado de vários fatores, tais como , dificuldade de aferição individual, preocupação ou foco voltado para o isolamento social e temas relacionados a COVID-19, ou ainda outras preocupações correlatas.

Dessa forma há a expectativa de que, com o retorno das atividades presenciais, exista uma adesão maior ao acompanhamento dos níveis pressóricos, como importante meio de prevenção e manutenção da saúde.

Acreditamos haver um número muito maior de servidores que possuam a hipertensão arterial sem perceberem. Por seu curso ser geralmente assintomático, seu diagnóstico e tratamento é frequentemente negligenciado. Mas, cremos igualmente, que a informação é parte fundamental do processo de prevenção.

Recife, janeiro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **ALZIRA MÁRCIA SILVA DO VALE**, **Técnico(a) Judiciário(a)**, em 24/01/2022, às 10:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1729403** e o código CRC **B9BD4354**.

0003885-66.2021.6.17.8000 1729403v5

Anexo IV - Relatório do PASHIP 2021 (2029381) SEI 0026008-24.2022.6.17.8000 / pg. 18